

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E AFETIVIDADE

Cristianne Lopes Lima de Castro (1) Águida Maria Duarte Costa (2)
Wanderson Felix Viana (3)

*Faculdade Fransinetti do Recife- FAFIRE. Técnica Pedagógica da Secretaria de Educação da Cidade do Recife.
crislopeslima@gmail.com*

Resumo

A pesquisa em tela busca compreender como temática a importância das novas configurações familiares e o reflexo da afetividade nestas relações. No qual, nos remete a repensar sobre esses novos arranjos, seu papel na sociedade, sua construção historicamente, culturalmente e socialmente. A pesquisa teve uma abordagem de pesquisa bibliográfica. Destacamos as relações de gênero como uma grande questão por ser uma "ferramenta política" e ser contemplada e ser resgatada como elemento indispensável para a construção de uma sociedade igualitária. Evidenciamos ainda, a importância da afetividade como eixo principal destes novos arranjos familiares, sua construção nesta relação e entender que o ser humano é construído historicamente, culturalmente, socialmente e afetivamente. E perceber que afetividade, gênero e família estão em consonância e que perpassam por um laço que une um sujeito a outro, independentemente dos pares que sejam formados por essas famílias tradicionais, homoafetivas e monoparentais. O que realmente prevalece interinamente nessas configurações é uma via de mão única o afeto, pois não existe um divisor de águas, enfim, sem o mesmo não há alicerce que se construa que se resgate e que fortaleça nesses arranjos familiares.

Palavras-chave: Família, afetividade, sociedade, relações, gênero.

Introdução

[...] E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente, gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que se pense estar. E é tão bonito quando a gente pisa firme. Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos. É tão bonito quando a gente vai à vida nos caminhos onde bate, bem mais forte coração. (GONZAGUINHA, 1982).

Desde infância somos manipulados a seguir um padrão de modelos de comportamentos imposto pela sociedade no que tange nossa sexualidade. Existe uma dicotomia de padrões de atitudes, da qual os gêneros feminino e masculino são diferenciados e moldados, ver também as discussões do Ariès (1981) sobre o gênero e a família. Ao começar pela preferência de cores rosa menina e azul menino. Esta forma de educação acaba reforçando os primeiros passos da

heteronormatividade, modelo conservador de leis que acaba restringindo a liberdade do sujeito de viver a sua sexualidade.

No entanto, todo esse padrão nos leva a crer em um resultado de uma educação sexista, onde nos deparamos com a formação de adultos despreparados, preconceituosos para aceitar e/ ou conviver com o diferente. Infelizmente, vivemos em uma sociedade onde os padrões eram tradicionais e não está inserido na heteronormatividade que a sociedade impõe acarreta várias consequências, tanto na vida escolar, na vida profissional e na vida acadêmica.

Dentro deste contexto, Maria Berenice Dias a primeira mulher juíza do Rio Grande do Sul, foi responsável pela decisão pioneira no Brasil de reconhecer em 2001 um casal de homens como uma família. Nesta vertente, podemos conceituar família por uma relação de afeto e não pela relação de gênero, assim conclui-se que esta célula é uma relação homoafetiva. Ainda, há muitos caminhos a serem percorridos, pois o nosso sistema não foi educado a conviver com as diferenças em sua amplitude dentro do seu universo. Diante do exposto, o foco principal deste trabalho consiste em elucidar sobre as novas configurações familiares e sua relação com a afetividade. Desta maneira, através de pesquisa bibliográfica voltada para teóricos da psicologia da educação, sexualidade e de gênero. Entretanto, são poucos os materiais bibliográficos utilizados em sala de aula. A presente pesquisa surge para oferecer aos docentes uma chance de ressignificar seus valores sobre essa temática com o intuito de ampliar as estratégias metodológicas para questões de gênero, educação e sexualidade e que sejam resgatados de forma satisfatória no âmbito escolar.

Família x Sociedade

Ao falar no texto sobre família conceitos, modelos, funções por mais que se explane sabemos que a sociedade ainda resiste muito aos arranjos homoafetivos. Existem barreiras enormes a serem derrubadas quando se envolve o laço afetivo das pessoas do mesmo sexo. Do mesmo modo, aconteceu ou vem acontecendo com as uniões estáveis a muitos anos atrás que não era aceitos pela sociedade. Assim, são as uniões homoafetivas que se configuram como família e não são reconhecidas neste sistema. Como diz Maria Berenice Dias:

Mais que uma sociedade de fato, trata-se de uma sociedade de afeto, o mesmo que enlaça os parceiros homossexuais. Na lacuna da lei, ou seja, na falta de normalização, há que se subsidiar do art. 4º da lei de introdução ao cc, que determina a aplicação da analogia, costumes e princípios gerais do direito. Não se pode fugir de estabelecer analogia com as demais relações que tem o afeto por causa, ou seja, o casamento e as uniões estáveis. Não se pode confundir questões jurídicas com as questões morais e religiosas. (DIAS, 2006, p. 34)

Atualmente os vínculos homoafetivos existem e não podem ser ocultados pela sociedade. Podemos citar como reflexo desta união o que salienta Pereira (2017), ao considerar que as consequências pessoais, patrimoniais de uma relação estável que se dissolve, independente de ser homo ou heterossexual, deveriam ser discutidos na vara da família: “relação homossexuais competência para julgamento de separação de sociedade de fato de casais formados por pessoas do mesmo sexo”. Em se tratando de situações que envolvam relações de afeto mostra-se competente para o julgamento de causa, uma vara de família à semelhança das separações ocorrida entre casais heterossexuais.

É certo, que as uniões homoafetivas se manifestam de uma maneira inquestionável, diante da sociedade. Mas, juridicamente não recebem o mesmo direito de uma união estável. Segundo Dais (2006): "Se duas pessoas passam na vida em comum, cumprindo os deveres de assistência mútua, em um verdadeiro convívio estável caracterizado pelo amor e respeito mútuo, com o objetivo de construir um lar, inquestionável que o vínculo, independente do sexo dos seus participantes, gera direitos e obrigações que não podem ficar à margem da lei".

Nota-se um número significativo nos arranjos familiares que saíram dos modelos tradicionais, patriarcais para um modelo de instituição eudemonista, enraizado no afeto com seus configurantes, havendo uma mudança para uma família nuclear, composta apenas por pai ou mãe e filho. Essa transformação de família pós-nuclear não é mais ou menos diferente, o que realmente importa são as questões afetivas, indiferentemente dos padrões pré- estabelecidos.

A Construção do Afeto e sua Reflexão na Família

O ser humano está constantemente buscando sua felicidade, que inclui os vínculos afetivos de amor e respeito entre as pessoas. Ademais, esses vínculos são objetos e norteadores de conflitos

desde a antiguidade, na qual o amor ao próximo é tido como conduta suprema à conquista da felicidade de uma sociedade justa e pacífica.

Abordar a importância da afetividade no contexto familiar nos remete como um pilar fundamental para a construção do sujeito na sociedade. Dessa forma, os vínculos de afeto tem uma influência irreversível para a estruturação dessa dinâmica familiar. Tais sentimentos como amor, carinho, confiança, solidariedade, respeito devem ser construídos e cultivados cotidianamente como eixos norteadores da dinâmica desta instituição. São esses sentimentos que são construídos pelo sujeito e que corroboram para sua significação e crescimento na formação de sua personalidade e história de vida.

Desta forma, notamos que esses laços afetivos são criados no dia a dia e que sobrepõem nos vínculos biológicos. Portanto, esses conteúdos são extremamente importantíssimos pelos princípios que constituem a dignidade humana.

Toda construção requer no seu processo elementos para serem solidificados, alicerçados e assegurados. Assim, são as relações humanas, como uma planta que precisa de água, de sol, de areia para crescer e sobreviver, do mesmo modo, é o ser humano que precisa de amor, carinho, respeito para se fortalecer e estabelecer uma relação saudável em sua vida. Essa construção desses sentimentos na relação familiar perpetuará por toda uma vida e terá reflexos no cotidiano do sujeito na sua história, dependendo claro da forma que foi estruturada essa dinâmica. Enfim, essa estruturação transcende esses laços afetivos que são constituídos nas relações humanas dependendo claro da consonância desses vínculos que estão entrelaçados, um com o outro, internamente nessa configuração familiar.

A Escola: O Espaço das Diferenças

Neste espaço plural temos as "Diferenças, distinções, desigualdades" (LOURO, 2014, p. 61). Na realidade, a escola é a própria reprodução de rótulos, *bullying*, preconceitos com seus discentes. Dessa forma, a instituição diferencia internamente todos os sujeitos que nela estão inseridos, onde existe uma ordem de mecanismos classificatórios: pobre, branco, negro e outras variáveis que diminuem os alunos e/ou alunas. Nesta dicotomia, surgem barreiras entre os sujeitos,

onde os gêneros são explicitamente diferenciados e ocultados. E o mais aterrorizante é que neste quadro de ordem sexista se estimula e se reafirma que o modelo hegemônico masculino ou feminino.

É na própria sala de aula que se afirma o empobrecimento de recursos didáticos e paradidáticos, onde o homem e mulher convergem em universos diferenciados. O gênero masculino pode ir onde quiser, enquanto a menina é a recatada. É no espaço escolar que se aprende:

[...] ali se aprende a olhar e se olhar se aprende a ouvir, a falar e a calar, se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores, bons, e decentes e rejeitados os indecentes, aprenda o que, a quem, e como tocar (ou na maior parte das vezes, não tocar) fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras. (LOURO, 2014, p.65)

Desta forma, os sujeitos que não estão dentro deste modelo heterossexual passam a ser motivo de chacotas, piadas e outros tipos de *bullying* reforçando a homofobia no espaço escolar. Dentro desta ótica, no qual a escola é o próprio reflexo dos padrões internalizados pela sociedade e que a mesma pode reconstruir os valores dando novos significados corroborando para que este docente esteja aberto para novos arranjos respeitando e aceitando esses sujeitos que estão ocultados. Acolhendo seus discentes para construir no espaço escolar uma instituição mais aberta que contemplem seus alunos em qualquer ordem classificatória de cor, raça e orientação sexual. Neste contexto, a escola não se restringe apenas a somar e alfabetizar, mas é um caminho onde se propõe a trocar entre os seres humanos, no sentido de se respeitarem e se conhecerem resgatando não só o jeito de ser de cada aluno, mas contemplando uma sociedade mais justa, igualitária onde os direitos humanos sejam assegurados excluindo qualquer forma de preconceito. Para isso, Louro nos convida a perceber aquilo que não está, muitas vezes, explícito:

Além disso, tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não dito*, aquilo que é silenciado - os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir ou não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso que o ocultamento ou a negação dos/das homossexuais (LOURO, 2014, p. 71)

Neste vertente, é imprescindível que todo corpo docente não permaneça com a mesma estrutura de currículos, normas, procedimentos, linguagens e avaliações, ou seja, que não limitem os espaços e que práticas excludentes não permaneçam no espaço acadêmico. Desta forma, os arranjos escolares precisam ser desconstruídos para que alunos LGBT não sejam ocultados. A escola precisa colocar em cena os sujeitos que foram esquecidos, seja qual for sua identidade ou sua orientação sexual, eles precisam ser respeitados enquanto sujeitos.

Gênero e Sexualidade

É importante que notemos que, grande parte do discurso sobre gênero de algum modo inclui ou engloba as questões da sexualidade. Antes de iniciarmos a discussão é necessário estabelecer algumas diferenças de gênero e sexualidade. A partir do momento que contextualizamos sobre identidades de gêneros e identidade sexuais, estamos nos arriscando a entender o gênero como parte construída pelo sujeito e entendermos identidade no conceito mais amplo.

Os sujeitos se identificam social, historicamente como masculinos e femininos e a partir deste conceito constrói sua identidade de gênero. Para Deborah Britzman (1996. p.74) afirma: Nenhuma identidade sexual mesmo a mais normativa é automática, autêntica, facilmente assumida nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Por outro lado, a sociedade impõe modelos onde o sujeito é levado a responder a esses padrões e quando não corresponde ou não se enquadra neste arranjo social fica ocultado, rejeitado por esse sistema. Neste sentido, é importante salientar que os sujeitos são constituídos por várias identidades sejam múltiplas, plurais ou transitórias. Independentemente de suas escolhas, mas que acima de tudo seja aceito pela sociedade e respeitado no seu jeito de ser e viver.

O Papel do Gênero Feminino nas Relações Familiares

Em meados da metade do século XX, o Brasil teve uma mudança em seu desenvolvimento, tanto social, quanto econômico e claro que esse processo de mutação interferiu nas relações conjugais.

Surgiu então, nos meados de setenta, as questões quanto à extinção da família hegemônica, neste contexto o papel do gênero feminino foi tomando espaço no campo profissional, tanto no ambiente privado como no espaço público.

Apareceu a pílula anticoncepcional, sua influência fez com que a separação da sexualidade se rompesse com a diminuição da gestação. As mulheres tinham o poder de escolher em querer ser mãe ou não. Por sua vez, a inserção no mercado de trabalho, aumentou gradativamente e por conta disso o gênero feminino foi assumindo seus lares, além de seus filhos sendo gerados na perspectiva sem o apoio de um parceiro, rompendo totalmente com o modelo hegemônico no meio social.

Gênero é uma categoria de análise social e, assim como a sexualidade, é concebida como uma produção da cultura. Também é o que acontece como as categorias homossexual e heterossexual. Ao mesmo tempo em que se produz a heterossexualidade, se rejeita a homossexualidade (LOURO, 2014). As diferentes orientações sexuais também são produtos da cultura e apresentam uma história.

A importância do gênero perpassa por vários núcleos construídos e claro que funciona como um eixo nas relações conjugais e os confrontos que vão surgindo são consequências dessas diferenças, onde existe sempre um lado positivo e negativo de tais diferenças. O conceito que é atribuído tanto para o homem como para a mulher demonstra as diferenças de papéis nas relações familiares.

A Importância da Figura Materna

Nos primeiros meses/anos de vida a criança estabelece o vínculo afetivo com a figura materna que é essencial para o seu desenvolvimento psíquico. Esse vínculo começa a ser construído na relação uterina, através da fala da mãe, do toque na barriga e gradativamente esses laços vão se

estreitando e se tornando cada vez mais forte. E por sua vez, a mãe vai configurando esse vínculo de forma saudável interagindo cada vez mais com o seu bebê.

Segundo Winnicott (1980, p. 104). em sua teoria de desenvolvimento "a mãe suficiente boa é aquela que não frustra, nem gratifica, de forma excessiva e que possibilita um crescimento sadio do self do seu filho. Deste modo, essa díade mãe e filho vão interagindo através de sinais como o choro, a fome, a dor. Onde só a figura materna consegue supri a necessidade do bebê. E através dessa identificação é que a mãe percebe e entende a necessidade do seu filho, possibilitando a criança um desenvolvimento físico e psíquico saudável.

No entanto, essas características citadas anteriormente, registram a presença dessa mãe suficientemente boa, sendo fundamental que a mesma saiba também frustrar o seu filho para que seu desenvolvimento emocional e psíquico se construa de uma forma saudável. Nas palavras de Winnicott (2002. p. 30), "[...] a mãe, no começo através de uma adaptação quase completa, propicia ao bebê a oportunidade para a ilusão de que o seio dela faz parte do bebê, de que está por assim dizer, sob o controle mágico do bebê, a onipotência é quase um fato da experiência". E dentro desta díade uma nova etapa começa, no qual a criança vai criando sua independência fortalecendo novos vínculos progressivamente com outras pessoas. Neste momento, o processo inicia a socialização com o mundo exterior.

Por sua vez, é provável que esse processo, seja feito de uma forma lenta e sensível para que essa etapa de dessimbiotização possibilite a chegada da figura paterna e a entrada desse pai neste momento surge para romper a relação exclusiva de mãe e filho. A função materna é sem dúvida um axioma para a formação, estruturação e desenvolvimento do ser humano, uma figura tão indispensável, do qual dependerá não só o desenvolvimento psíquico, cognitivo e emocional do sujeito. Mas toda uma história de vida construída com a dosagem certa em cada etapa.

CONCLUSÃO

O presente artigo possibilitou um resgate teórico acerca das novas configurações familiares e como pilar de sustentação nestas relações o afeto. Sobretudo, nos permite ampliar a importância das uniões monoparentais e das uniões homoafetivas. Percebe-se, que durante a pesquisa em tela

reverenciou-se o papel do gênero por ser uma ferramenta política e indispensável em sua contribuição como elemento fundamental para se ter uma sociedade mais justa.

Pudemos perceber que afetividade, gênero e família estão em consonância e que perpassam por um laço que une um sujeito a outro independentemente dos pares que sejam formados por essas famílias tradicionais, homoafetivas e/ou monoparentais. O que realmente prevalece interinamente nessas configurações são as questões do afeto, enfim, sem o mesmo não há alicerces que se construa que se resgate e que fortaleça nesses arranjos familiares.

Neste sentido, não há poder sem liberdade e sem luta de igualdade de classes, da mulher/homem. O importante é saber que o gênero não é apenas uma ferramenta política, mas é uma construção social. Os papéis seriam basicamente padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar através do aprendizado de papéis, levando em consideração as expectativas de cada um.

A "célula mater" que se constrói como família percorre ainda muitos rios a serem navegados e nestes divisores de águas suas nuances são feitas e desfeitas para o sujeito. Portanto, não podemos esquecer que essa célula é configurada por seres humanos com suas possibilidades, impossibilidades e mesmo que sonhos e desejos sejam frustrados, o sentido será sempre o mesmo: o caminho de ser feliz. Assim, por mais que se ilustre duas linhagens horizontais e verticais de famílias, percebemos que as uniões homoafetivas são nada mais que um encontro entre dois seres humanos e que a raiz desta ligação, desta sustentação chegam há um pilar que alimenta qualquer relação, o afeto, o respeito e a igualdade. E não importa se as regras em que a sociedade delega para os sujeitos que se encontram nela são quebradas. O importante para essas novas configurações é um caminho que se traça com uma única intenção de construir uma família com o único pressuposto que fortalece, que acalma e alivia a alma e o coração o "afeto".

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRIZTMAN, D. P. **O que é esta coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. In: Educação e Realidade. jan./jun., vol. 21, n. 1, p.71-96, 1996.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GONZAGUINHA. Caminhos do Coração. In: GONZAGUINHA, **Caminhos do Coração**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1982. 1 CD. Faixa 3.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre a sexualidade e teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PEREIRA, R. da C. **Separação judicial**: uma boa desculpa para se ressuscitar a discussão da culpa
Disponível em: <http://www.dimitresoares.com.br/2017/04/artigo-de-rodriigo-da-cunha-pereira.html>.
Acesso em: 2017.

WINNICOTT, D. W. **A Família e o Desenvolvimento do Indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

_____. **Os Bebês e suas Mães**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.